

Rolagem da dívida de Estados fica fora da pauta do Senado

ESTADO DE SÃO PAULO

08 AGO 1995

*Senadores propõem
redução de 11% para 9% na
parcela da receita estadual
destinada aos pagamentos*

ROSA COSTA

BRASÍLIA — Apesar da pressão dos governadores, o Senado ainda não tem data para votar os três projetos de resolução que propõem a renegociação das dívidas dos Estados e municípios. As propostas estão na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), mas ainda não foram incluídas na pauta de votação. O presidente da comissão, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), assumiu a tarefa de relatar os projetos.

O primeiro deles, apresentado em abril pelos três senadores da banca-

da da Paraíba — Humberto Lucena, Ronaldo Cunha Lima e Ney Suassuna, todos do PMDB — propõe que o comprometimento no pagamento da dívida seja reduzido de 11% para 9% da receita líquida dos Estados e que seja incluído no montante do débito as dívidas com as estatais e com os bancos estaduais. O segundo projeto, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), também reduz para 9% o comprometimento da dívida neste e nos próximos anos. Já a proposta do senador Esperidião Amin (PPR-SC) estabelece que o dispêndio mensal máximo dos Estados no pagamento de amortização, juros e demais encargos não poderá ser superior a 7% da receita líquida do Estado. A resolução do próprio Senado que está em vigor estipulou o comprometimento de 9% da receita líquida no ano passado e 11% neste ano.